



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000244-38.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **RENATO AS SILVA OLIVEIRA**  
 Requerido: **SIA CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que o autor questiona sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré sem que tivesse razão para tanto.

Esclareceu que nunca manteve qualquer relação jurídica com a mesma, de sorte que nada lhe deve, sendo por isso sua negativação indevida.

Ao longo do feito ficou apurado que efetivamente a pessoa que contraiu o débito junto à ré não era o autor, mas alguém que se passou por ele.

O cotejo entre os documentos de fls. 83 e 177/178 deixa isso claro, não transparecendo dúvida alguma a esse propósito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

A conclusão que daí deriva é a de que a exclusão dessa negativação se impõe.

Resta saber se o autor faz então jus ao ressarcimento pelos danos morais que suportou.

Quanto ao tema, sabe-se que em princípio a irregular inserção de alguém perante órgãos de proteção ao crédito rende ensejo a danos morais indenizáveis.

No caso dos autos, porém, reputo que a ré tomou as cautelas que se lhe impunham para acreditar que o contrato firmado não padecia de vício.

Nesse sentido, ela exigiu da pessoa com quem teve contato a apresentação de documentos pessoais (carteira de identidade e CPF) e tirou sua fotografia, além de arquivar a cópia desses dados (fl. 83).

Os cuidados foram razoáveis, máxime porque ela formulou consulta ao SPC e tomou ciência da inexistência de comunicação àquele órgão do extravio dos documentos do autor.

A elaboração de Boletim de Ocorrência a esse respeito não tem ampla publicidade, servindo muito mais como elemento a resguardar a responsabilidade de quem foi vítima do fato e de materializar sua verificação.

Por outro lado, a ré asseverou que ao saber por uma empresa de recuperação de crédito que o autor não era o titular do cartão utilizado de imediato cancelou sua negativação.

O documento de fl. 32 corrobora a assertiva, extraindo-se dele que a inscrição promovida pela autora foi exibida em 20/02/2014 e excluída em 22 de abril seguinte, vigorando, portanto, por pouco mais de dois meses.

A presente ação, a seu turno, foi distribuída em 14/01/2015.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à certeza de que a ré não poderá ser condenada ao pagamento postulado pelo autor.

Obrou na hipótese vertente com os cuidados pertinentes à situação que se lhe apresentou, não se entrevedo desídia ou negligência de sua parte que justificasse arcar com o dispêndio de indenização ao autor.

Por fim, ressalvo que a manutenção da exclusão da negativação determinada a fls. 24/25, item 1, se justifica como forma de evitar que no futuro alguma dúvida seja restabelecida sobre o assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para determinar a exclusão da negativação tratada nos autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto nos dias 1º de janeiro, 15 de novembro e 25 de dezembro.**

Torno definitiva a decisão de fls. 24/25, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**